

71. INCLUIES – PADRONIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EQUIDADE: CONSTRUÇÃO DE UM PROCEDIMENTO DE POSSE INCLUSIVO NO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Karolline Miranda Lyra Matos

Ana Claudia Passos Santos Silva

Marcela Guimarães Neves

Sabrina Keilla Marcondes Azevedo

Secretaria de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo

Resumo

A ausência de procedimentos institucionais estruturados para uma posse inclusiva no serviço público estadual revelou um desafio relevante para a promoção da equidade, da acessibilidade e da eficiência administrativa. Pessoas com deficiência e pessoas neurodivergentes ingressavam no serviço público por meio de fluxos homogêneos, sem identificação prévia de necessidades específicas, o que gerava barreiras funcionais, comunicacionais e organizacionais, além de insegurança jurídica e retrabalho para as equipes de Recursos Humanos. Nesse contexto, o projeto IncluiES foi desenvolvido no âmbito de uma Jornada Formativa de Solução de Desafios do Governo, com o objetivo de construir um procedimento de posse inclusivo, padronizado e alinhado à legislação vigente e à agenda ESG, reconhecendo o ingresso como etapa estratégica para a permanência qualificada no serviço público. A metodologia adotada combinou diagnósticos participativos, escutas qualificadas com servidores, análise normativa e aplicação de *frameworks* de inovação pública, como Matriz FOFA, 5 Porquês e rota de engajamento. Ao longo do ciclo, o problema foi ressignificado: deixou de ser compreendido como falha pontual de atendimento e passou a ser tratado como uma lacuna estrutural de governança de processos. O principal resultado foi a elaboração de um Procedimento de Posse Inclusivo, composto por diretrizes institucionais, fluxos padronizados, instrumentos formais para identificação prévia de necessidades de acessibilidade, proposta de capacitação das equipes de RH e estratégia de disseminação institucional. A experiência demonstrou que a padronização, quando orientada por ajustes razoáveis, pode ser aliada da equidade, reduzindo riscos institucionais, improvisações e judicialização. O artigo apresenta o percurso de construção da solução, seus aprendizados, limites e condições críticas para continuidade, contribuindo para o debate sobre práticas inclusivas, inovação pública e governança no setor público.

Palavras-chave: Inclusão; Acessibilidade; Gestão de Pessoas; Serviço Público; Inovação Pública.